

Palocci: 'Crescimento é mais do que juros'

Economia - Brasil

Ministro da Fazenda diz que governo trabalha numa 'agenda suplementar, ampla'

RENATO ANDRADE

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deixou claro ontem que o governo não aceitará mais tratar a discussão sobre o crescimento econômico do País apenas sob o ponto de vista da política de juros do Banco Central. "A consolidação do crescimento não vem de decisão de taxa Selic. É uma agenda suplementar, ampla, que precisa ser desenvolvida", afirmou.

O governo pretende trabalhar firmemente na execução dessa agenda, que será um dos elementos considerados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para a definição de metas de inflação. Para Palocci, a questão dos juros deve ser tratada sem exageros. "Ela é uma questão fundamental, mas secundária diante de uma agenda de crescimento."

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem pedido aos ministros da área econômica e de desenvolvimento para que formulam com mais clareza a agenda de desenvolvimento do País. É

dentro deste espírito que o CMN passará a olhar as metas anuais de inflação. "O que o presidente Lula pede é um mecanismo muito claro e muito bom, ou seja, o Conselho define a agenda e uma série de pressupostos e expectativas em direção a níveis de crescimento progressivos ao longo dos anos, e estabelece também uma meta de inflação compatível com isso", explicou Palocci.

Isso não significa, entretanto, que o Conselho definirá metas concretas de taxa de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. "Não quer dizer misturar uma coisa com a outra", disse o ministro.

Medidas - A idéia é trabalhar com expectativas, que serão moldadas de acordo com a agenda de ações propostas pelo governo. "Estabelecemos uma agenda pressupondo que o cumprimento dela aumenta o PIB potencial do Brasil e permite você atingir valores mais altos de crescimento."

A agenda de crescimento do governo, detalhada ontem no **Estado** pelo secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, é um conjunto de reformas institucionais que passam por diversas áreas como crédito, defesa da concorrência e tri-



Dida Sampaio/AE

Palocci: sem agenda, 'a gente não consolida um aumento do PIB'

butação.

Uma das medidas previstas, e que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional até o final de junho, é a desoneração da folha de pagamento das empresas, algo prometido ao setor privado ainda nas discussões da primeira etapa da reforma tributária. Ainda não há uma

definição sobre a forma de isenção.

"Se vai ser 50% de cada salário ou sobre o valor do salário mínimo do vencimento do trabalhador ainda não está definido. Estamos estudando o resultado econômico de cada uma dessas medidas", disse Palocci. A definição final caberá ao presidente

te Lula.

Para o ministro da Fazenda, todo esforço do governo e da sociedade deve estar concentrado na execução dessa agenda de medidas.

"O que pode garantir essa elevação do PIB potencial do Brasil é você cumprir uma agenda que diz respeito a acesso a crédito, a lei de recuperação das empresas, de parcerias públi-co-privadas, de investimentos em infra-estrutura", argumentou Palocci. "Insisto, a agenda não é restrita ao BC, nem ao próprio Ministério da Fazenda. É algo que precisa de trabalho coordenado do País, do empresário, do Congresso Nacional."

Prioridades - Na avaliação de Palocci, insistir na discussão do crescimento econômico apenas olhando a taxa básica de juros é um equívoco. Para o ministro, o ajuste promovido pela política monetária ao longo de 2003 foi fundamental para que o

País entrasse na rota de crescimento.

"O que não podemos é cometer o erro de fazer o mesmo debate do ano passado. Quando a taxa básica de juros estava em 26,5%, a expectativa da queda dessa taxa era natural, porque, sem essa queda, não haveria retomada da atividade. Agora, já estamos no quarto trimestre de crescimento seguido, então a questão da taxa de juros deixa de ser prioritária", explicou.

Já estamos no 4.º trimestre de crescimento seguido, então a questão de juros deixa de ser prioritária

Antonio Palocci, ministro da Fazenda

Civil, o País não conseguirá deslanchar.

"Se o Brasil não fizer isso, não desenvolver essa agenda e apenas esperar as decisões de juros, nós não vamos ter altas taxas de crescimento. A gente retoma a atividade econômica mas não consegue consolidar um aumento permanente do PIB potencial do Brasil."